



VI Fórum de Cooperação China-África - Realizou-se, em dezembro, em Joanesburgo a sexta edição do Fórum de Cooperação China-África, que decorreu sob o lema "África-China Progredindo em Conjunto: Uma Cooperação Win-Win para um Desenvolvimento Comum". [Pag 2](#)

África e a Cimeira do Clima - A Cimeira do Clima que teve lugar em dezembro passado em Paris, foi um acontecimento decisivo para todo o mundo, mas o continente africano era parte especialmente interessada neste encontro. [Pag 2/3](#)

Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD 2015 - As Nações Unidas apresentaram, em dezembro passado, em Adis Abeba, na Etiópia, o Índice de Desenvolvimento Humano de 2015 que analisou a evolução da situação em 187 países. [Pag 4](#)

Presidente Ruandês Tenta Novo Mandato - Na sequência de um referendo que aprovou a modificação da constituição ruandesa, o Presidente Paul Kagamé anunciou, no início de 2016, que irá concorrer a um terceiro mandato presidencial. [Pag 4/5](#)

Eleições na República Centro-Africana - Após o derrube do Presidente François Bozizé, em 2013, a República Centro-Africana viu-se envolvida num conflito inter-religioso de grande intensidade. Espera-se que, com as eleições presidenciais e legislativas a 27 de dezembro, se ultrapasse a instabilidade. [Pag 5](#)

Redução drástica no Comércio bilateral China-África - De acordo com dados oficiais chineses, em 2015 o comércio bilateral com os países africanos diminuiu 38 % em relação a 2014 tendo atingido os 67 mil milhões de USD. [Pag 6](#)

Nova Estratégia do Boko Haram - O movimento nigeriano Boko Haram está apostado numa nova estratégia que implica alargar a sua área de ação aos países vizinhos da Nigéria, nomeadamente àqueles que têm apoiado militarmente o regime de Abuja na luta contra o movimento terrorista. [Pag 6/7](#)

Crise Política na Guiné Bissau - A Guiné Bissau tem vivido nova onda de instabilidade política. Depois de alguma indefinição, o Presidente nomeou o novo Primeiro-Ministro que só agora conseguiu aprovar o seu programa de governo. [Pag 7/8](#)

Sassou Nguesso Candidato a Novo Mandato - O Presidente da República do Congo, Dennis Sassou Nguesso, viu confirmada pelo seu partido, o Partido Congolês do Trabalho, a sua candidatura a um terceiro mandato presidencial. [Pag 8](#)

Moçambique sofre Condições Climatéricas adversas - Desde meados do ano passado, Moçambique tem vindo a sofrer com condições climatéricas adversas que estão a ter graves consequências quer na produção agrícola, quer no abastecimento de água às populações. [Pag 8/9](#)

Cimeira da União Africana - Decorreu, entre os dias 26 e 28 de janeiro, em Adis Abeba, na Etiópia, a Cimeira da União Africana, dedicada ao tema "2016, Ano Africano dos Direitos Humanos com destaque para os Direitos da Mulher". [Pag 9/10](#)

Os Efeitos da Crise Petrolífera na Nigéria - A queda acentuada do preço do barril de petróleo está a ter efeitos muito graves em vários países africanos produtores deste bem. Um dos que mais tem sentido essa situação é a Nigéria para quem o petróleo representa mais de 35% do PIB. [Pag 10](#)

Zuma tenta Acordo Judicial - O Presidente sul-africano, Jacob Zuma, propôs um acordo judicial para terminar o processo que existe contra si devido às obras que foram realizadas na sua casa em Nkandla há seis anos. [Pag 11](#)

Estabilidade no Burkina Faso - O antigo Presidente do Burkina Faso, Blaise Compaoré, tentou alterar a constituição para se poder candidatar a um terceiro mandato. Para tal, foi aprovada a lei que constituía o senado com objetivo de alterar a constituição e permitir essa recandidatura. [Pag 11/12](#)



VI Fórum de Cooperação China-África

■ Luís Castelo Branco

Realizou-se, em dezembro do ano passado, em Joanesburgo a sexta edição do Fórum de Cooperação China-África, que decorreu sob o lema "África-China Progredindo em Conjunto: Uma Cooperação Win-Win para um Desenvolvimento Comum". Para além do Presidente chinês, Xi Jinping, estiveram representados mais de 50 países africanos.

Desde 2000 que a China se tem vindo a afirmar como um parceiro estratégico de África, assumindo um papel de destaque no apoio financeiro aos diversos países africanos sem exigir condicionalismos políticos em troca. Esta Cimeira, a primeira a ter lugar em África, pretendia reforçar, ainda mais, os laços entre as duas partes.

A China é, neste momento, o principal parceiro comercial de África e a sua presença em vários países, nomeadamente nos produtores de petróleo, é estratégica para o desenvolvimento destes países. Não é apenas a relação comercial que é importante para os países africanos, também o investimento direto chinês, que ronda atualmente os 30 mil MUS\$D, é determinante para as economias africanas.

Um dos objetivos alcançados nesta Cimeira foi a decisão de elevar a relação bilateral para o patamar de uma cooperação estratégica. Para além desta decisão foram aprovados dois documentos importantes: a Declaração de Joanesburgo e o Plano de Ação para os próximos anos, os quais são fundamentais para definir as relações entre os dois blocos.

Para a China, a relação com África deverá continuar a basear-se em cinco pilares fundamentais:

- Consolidar a confiança política mútua;
- Continuar a promover uma cooperação económica vantajosa para ambas as partes;
- Continuar a promover os intercâmbios e a aprendizagem das diversas culturas;
- Coordenar os esforços na área da segurança;
- Fortalecer a coordenação em assuntos internacionais.

Para promover estes pilares, a Cimeira decidiu avançar, nos próximos 3 anos, com a implementação de 10 grandes planos de cooperação, os quais abrangem as seguintes áreas:

- Industrialização;
- Modernização agrícola;
- Infraestruturas;

- Serviços financeiros;
- Desenvolvimento sustentável;
- Promoção do comércio e do investimento;
- Redução da pobreza;
- Saúde pública;
- Intercâmbio de recursos humanos;
- Paz e segurança.

África e a Cimeira do Clima

A Cimeira do Clima que teve lugar em dezembro passado em Paris, foi um acontecimento decisivo para todo o mundo. Apesar do carácter generalista desta Cimeira, a verdade é que o continente africano era parte especialmente interessada neste encontro.

Apesar de ser o continente que menos contribuiu para as alterações climáticas, a verdade é que é o que mais sofre com as suas consequências. Por outro lado, África e os seus abundantes recursos florestais podem ser um elemento fundamental para o combate ao aquecimento global.

Foi por causa destas características africanas que na Cimeira do Clima foi dada especial atenção à realidade africana. Esta importância foi reconhecida pelo anfitrião da Cimeira, o Presidente francês François Hollande, o qual recebeu os Chefes de Estado Africanos presentes em França, para lhes reafirmar o empenho da presidência da Cimeira em apoiar África a enfrentar os problemas relacionados com as alterações climáticas.

As expectativas africanas iam no sentido de obter apoios internacionais para grandes projetos na área ambiental a desenvolver nos próximos anos, nomeadamente, a iniciativa africana de desenvolvimento das energias renováveis, a continuação da construção de uma muralha verde para conter o avanço dos desertos na zona do Sahel e o projeto de recuperação do lago Chade.

Este último projeto exemplifica bem as consequências nefastas das alterações climáticas em África. A água do lago Chade é essencial



para abastecer milhões de pessoas dos países da África Central, nomeadamente, o Chade, os Camarões, o Níger e a Nigéria. Porém, fruto das alterações climáticas, o Lago perdeu já cerca de 90% da sua superfície inicial.

Outro exemplo regista-se na África Oriental, onde a quantidade de neve no Kilimanjaro tem vindo a diminuir drasticamente ao longo dos últimos anos, sendo que a atual camada de gelo é inferior em 85% à existente em 1912. A manter-se este ritmo, a neve poderá desaparecer, em definitivo, do Kilimanjaro dentro de 20 anos.

Aliás, a falta de acesso à água é já uma constante em várias zonas de África, nomeadamente na África Oriental. Esta escassez provoca menor capacidade agrícola dos países e menores produções, o que tem alimentando o aparecimento de conflitos pela posse das terras aráveis em países como o Sudão ou a Eritreia. A falta de água é a principal responsável pela existência de graves problemas alimentares permanentes em países como a Etiópia, o Sudão e o Quênia.

As prolongadas secas, como foi o caso de Cabo Verde, ou as que se estão a registar no sul de Angola, no sul de Moçambique e no Zimbábue, têm consequências diretas na diminuição da produção agrícola e no aumento da insegurança alimentar nestes países, ou a repetição de chuvas intensas, como é o caso do centro e norte de Moçambique, estão a tornar-se fenómenos recorrentes com tendência para agravarem as suas consequências.

O aquecimento em África é também responsável pelo agravamento das condições de saúde das populações, com doenças como a malária ou o dengue a alastrarem-se para novas geografias.

O grande desafio que se coloca a África é que se consiga desenvolver criando melhores condições de vida para as suas populações, mas que o faça sem poluir, algo que os mais países desenvolvidos fizeram.

Este desenvolvimento africano é também importante por razões securitárias. Ao serem criadas melhores condições de vida para as populações, estas não se deixarem cativar por radicalismos religiosos, étnicos ou regionais.

Mas, para que isto seja possível, é necessário que haja um apoio concreto ao continente africano. Recentemente a UE agiu neste

sentido ao criar um apoio financeiro para ajudar a travar a vaga de refugiados que tem chegado à Europa, reconhecendo que apenas melhorando as condições de vida nos países de origem é que será possível travar esta vaga.

Um dos grandes desafios africanos é a necessidade de proceder à eletrificação do continente, pois ainda há uma parte considerável da sua população que não tem acesso a este bem. Mas esta eletrificação deverá ser feita apostando, sobretudo, em energias renováveis. Segundo dados avançados na Cimeira do Clima, os países africanos querem conseguir produzir mais 10 gigawatts a partir de energias renováveis até 2020. Este objetivo custará entre 12 e 20 mil milhões de USD. Para tal, África necessita de apoio técnico e financeiro.

No final dos trabalhos as partes conseguiram chegar a um acordo para conter o aquecimento global até 1,5º centígrados. O compromisso alcançado permitirá que, em meados do presente século, a maioria dos países terá abandonado a utilização de combustíveis fósseis, o que fará com que as emissões de gases de efeito estufa sejam anuladas pelas florestas existentes.

A ideia é que todos os países já tenham ou estejam perto de alcançar o pico das suas emissões de gases, e que, muito em breve, comecem numa curva decrescente, ao mesmo tempo, que adotam medidas que retirem os efeitos desses gases da atmosfera.

Uma das inovações do Acordo de Paris é que todos os países têm que elaborar planos nacionais, os quais serão revistos a cada cinco anos, o que permitirá uma monitorização regular.

Outra decisão importante desta Cimeira, foi a decisão de transferir, até 2025, 100 mil milhões de USD dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento para os ajudar a lidar com os efeitos das alterações climáticas e permitir que cumpram o estabelecido no Acordo de Paris.

A questão do Clima voltou a ser debatida pelos estados africanos no âmbito da XXVI Cimeira da União Africana que teve lugar em Adis Abeba em finais de janeiro de 2016. Nessa ocasião, o Egito, que na Cimeira de Paris desempenhou o papel de negociador em nome de África, apresentou duas iniciativas sobre as alterações climáticas, uma relacionada com a utilização de energias renováveis e uma outra relacionada com a diversificação das fontes de financiamento destinadas a reduzir os efeitos dos gases estufa.

Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD 2015

As Nações Unidas apresentaram, em dezembro passado, em Adis Abeba, na Etiópia, o Índice de Desenvolvimento Humano de 2015 o qual analisou a evolução da situação em 187 países.

O índice é calculado com base em três dimensões do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente. Para isso, são tidos em conta fatores como a esperança média de vida, os anos de escolaridade de cada cidadão e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita.

O relatório, com o título "Trabalho para o Desenvolvimento Humano", analisa as ligações, positivas e negativas, entre o trabalho e desenvolvimento humano num mundo em rápida transformação, motivada pela globalização, pela revolução tecnológica e pelas transições demográficas.

A Noruega lidera o ranking, seguida pela Austrália, Suíça e Holanda. Os últimos lugares são ocupados pelo Burundi, Chade, Eritreia e República Centro-Africana.



Presidente Ruandês Tenta Novo Mandato

Na sequência de um referendo, que se realizou a 18 de dezembro do ano passado, e que aprovou a modificação da constituição ruandesa, o Presidente Paul Kagamé anunciou, no início de 2016, que irá concorrer a um terceiro mandato presidencial.

O artigo 101º da constituição ruandesa, que regula o cargo de Presidente, foi alterado passando a referir que o Presidente da República é eleito para um mandato de cinco anos e pode ser reeleito uma vez. Assim, os mandatos passam dos atuais sete anos para cinco, mas o novo artigo 172º diz que a esta alteração só entra em vigor em 2024 após um mandato transitório de sete anos que começará em 2017.

Este mandato transitório vai permitir a Kagamé candidatar-se em 2017, apesar de já ter cumprido dois mandatos seguidos, e a alteração à Constituição vai permitir-lhe candidatar-se para os dois mandatos seguintes de cinco anos, o que lhe permitirá ser presidente mais 17 anos.

O processo foi, alegadamente, despoletado por um movimento popular que reuniu mais de 3 milhões de assinaturas que pediu ao Parlamento uma mudança constitucional que permitisse a Kagamé concorrer novamente às eleições presidenciais previstas para 2017.

No referendo realizado em dezembro, mais de 98% dos votantes mostraram a sua concordância com a alteração da Constituição. Nas duas vezes que concorreu às eleições presidenciais, em 2003 e 2010, Kagamé foi eleito com mais de 90% dos votos.

A popularidade de Paul Kagamé advém do facto de ter sido ele que em 1994, como líder da Frente Patriótica Ruandesa, conseguiu pôr fim ao conflito que assolou o país e que provocou a morte de mais de 800 mil tutsis por extremistas hutus.

As presidências de Kagamé foram marcadas, não só pelo relançamento da economia do país, mas também pela ascensão do Ruanda à categoria de país de grande relevância na sua região, tendo desempenhado um importante papel nos acontecimentos na África central e oriental.

Apesar de gozar de um grande popularidade nacional, a decisão de concorrer a um novo mandato não foi bem aceite por todos, sobretudo devido ao facto de se ter alterado a constituição do país.



A oposição política a Kagamé, representada pelo Partido Democrático Verde do Ruanda, tentou travar este terceiro mandato solicitando ao Supremo Tribunal do Ruanda que impedisse esta alteração constitucional, não tendo sido, no entanto, bem-sucedido.

Esta decisão de Kagamé vai ao encontro de práticas semelhantes levadas a cabo por vários outros Presidentes africanos. Em 2015, a decisão do Presidente do Burundi, Pierre Nkurunziza, se candidatar a um terceiro mandato provocou uma onda de instabilidade do país que não o impediu de voltar a ser reeleito. No Congo Brazzaville o Presidente Sassou Nguesso também decidiu avançar para um terceiro mandato. Depois de Paul Kagamé, tudo indica que o Presidente da República Democrática do Congo, Joseph Kabilé, também se prepara para concorrer a um novo mandato quando terminar o atual no fim do ano.

Eleições na República Centro-Africana

Após o derrube do Presidente François Bozizé, em 2013, a República Centro-Africana viu-se envolvida num conflito inter-religioso de grande intensidade. A seguir a um período de transição, liderado por Catherine Samba Panza, antiga Presidente da Câmara de Bangui, que nem sempre trouxe a estabilidade e a calma ao país, realizaram-se eleições presidenciais e legislativas a 27 de dezembro.

O processo eleitoral foi vigiado pelas forças de segurança do país que contaram com o apoio das forças da Missão da ONU na República Centro-Africana (MINUSCA) e das tropas francesas estacionadas no país no âmbito da operação Sangaris.

Na corrida à Presidência estavam 30 candidatos, mas o favoritismo recaiu, sobre o antigo primeiro-ministro Anicet Dologuelé, da União para a Renovação Centro-Africana (URCA), e sobre Martin Ziguélé, também antigo chefe de Governo o qual contou com o apoio do Movimento de Libertação do Povo Centro-africano (MLPC), Bilal

Désiré Kolingba, da União Democrática Centro-africana (UDC) e os independentes Karime Meckassoua e Faustin Archange Touadera.

O grande desafio para o vencedor destas eleições era o de promover o espírito de reconciliação entre as duas fações, cristã e muçulmana, que durante os últimos anos se têm enfrentado. Para tal é necessário levar a cabo o desarmamento das milícias, de ambos os lados, e criar medidas de confiança para que ambas as partes não desconfiem que as estruturas do estado estejam ser utilizadas para os prejudicar.

O processo de desarmamento poderá contar com o apoio do contingente militar francês e também das forças da União Africana que se encontram no país.

A segunda volta das eleições presidenciais, que estava prevista para 31 de janeiro, entre os dois candidatos mais votados, Anicet Dologuele que obteve 24% dos votos da primeira volta e Faustin Archange Touadera que alcançou 19,5% das preferências dos eleitores, foi adida para 14 de fevereiro devido a problemas de ordem administrativa.

Apesar de ser um dos candidatos favoritos, Martin Ziguélé ficou de fora da segunda volta, Face a este resultado inesperado, os apoiantes de Ziguélé criticaram todo o processo alegando terem existido irregularidades e exigindo uma contagem manual dos votos.





Redução Drástica no Comércio Bilateral China–África

De acordo com dados oficiais chineses, em 2015 o comércio bilateral com os países africanos diminuiu 38 % em relação a 2014, tendo atingido os 67 mil milhões de USD. Esta diminuição teve, na origem, a crise económica que se abateu sobre a China e cujos efeitos foram bem visíveis desde meados do ano passado, e no destino, consequências negativas para os países africanos que têm na China o principal parceiro comercial do continente.

Os países africanos produtores de matérias-primas são os que estão a sentir mais esta diminuição da procura chinesa e, paralelamente, os que estão a sentir mais dificuldades em se adaptar.

Ao mesmo tempo que as exportações para a China estão a diminuir, também o investimento direto chinês em África, que tem sido essencial para as estratégias de modernização, nomeadamente de infraestruturas dos países africanos, está igualmente a diminuir significativamente.

Esta diminuição da presença chinesa está a apanhar os líderes africanos desprevenidos, tanto mais que, em 2015, durante a Cimeira China–África, foi reafirmada por Pequim a intenção de fortalecer a sua presença em África. Nessa ocasião, o governo chinês anunciou a disponibilização de uma verba de 60 mil milhões de USD para apoiar o desenvolvimento dos países africanos.

Nova Estratégia do Boko Haram

O movimento nigeriano Boko Haram está apostado numa nova estratégia que implica alargar a sua área de ação aos países vizinhos da Nigéria, nomeadamente àqueles que têm apoiado militarmente o regime de Abuja na luta contra o movimento terrorista.

Depois de, numa fase inicial ter tentado o controlo efetivo de parte da Nigéria, nomeadamente a zona norte, passou agora a uma nova fase. O controlo de partes significativas de território tornava o Boko Haram mais vulnerável aos ataques dos exércitos da Nigéria e dos seus aliados.

Em combate convencional, o movimento terrorista saiu claramente derrotado. Esta realidade levou, inclusive, o Presidente Buhari a afirmar, durante a sua campanha eleitoral, que o movimento seria derrotado no prazo de 90 dias. Se, por um lado, o Boko Haram viu reduzida a sua capacidade de intervenção, fruto das intervenções do exército nigeriano que foram mais bem preparadas, por outro, a referida derrota deve ser considerada em termos de progressão de crescimento que o Boko Haram estava a alcançar.

Na prática o movimento perdeu muitos militantes e o território que controlava, mas ainda mantém uma forte capacidade de destabilização, fruto, em grande medida, dos apoios e cumplicidades que mantém quer na Nigéria, quer em vários dos países vizinhos.

O Boko Haram voltou a utilizar técnicas clássicas de terrorismo para assumir algum protagonismo nacional e regional. Na ótica desta nova era, o Boko Haram lançou, a 24 de janeiro, diversos ataques suicidas no norte dos Camarões que causaram várias dezenas de mortos.

Os Camarões voltaram a ser atingidos com vários bombistas suicidas que se fizeram explodir na cidade de Kerawa, no norte do país junto à fronteira com a Nigéria. Os alvos destes ataques foram os centros de refugidos nigerianos que tinham fugido da instabilidade no seu país.

Para além dos Camarões, também o Chade e o Níger, por serem países que apoiam militarmente a Nigéria, têm sido alvo de ataques de suicidas.

Ao longo de 2015, o Chade foi alvo de vários ataques do Boko Haram que visaram, por um lado, as forças armadas chadianas, que têm prestado um forte apoio ao exército nigeriano na recuperação do controlo do seu território e, por outro, ataques indiscriminados contra a população na capital N'Djamena e em diversas partes do país que causaram centenas de mortos.

O Chade é o país que alberga a força regional conjunta de combate aos grupos radicais islâmicos. O projeto conta com o envolvimento do Benim, Camarões, Níger e Nigéria – países que concordaram em criar uma força de 8.700 elementos com o propósito de manter a segurança na região. No entanto, esta força tem enfrentado problemas operacionais devido à falta de recursos financeiros.



Crise Política na Guiné Bissau

No Níger os ataques do Boko Haram têm-se registado no sudoeste do país junto à fronteira com a Nigéria.

Estes ataques têm sido acompanhados pelo aumento dos ataques de jihadistas ligados à Al-Qaida no Magrebe Islâmico e ao Estado Islâmico. O ataque mais recente aconteceu na capital do Burkina Faso a 17 de janeiro deste ano. O ataque foi dirigido contra o café do Hotel Ybi e o hotel Splendid, ambos localizados na zona da cidade onde se concentravam, normalmente, os expatriados que vivem no país.

Neste atentado morreram 30 pessoas e ficaram feridas 56 de 18 nacionalidades diferentes. As vítimas trabalhavam para empresas internacionais ou agências humanitárias que atuavam no Burkina Faso.

Este ataque é em tudo semelhante ao que a Al-Qaida do Magrebe Islâmico efetuou, em novembro passado, na capital do Mali, Bamako, contra o Hotel Radisson e que provocou a morte a 22 pessoas.

Estes ataques vêm demonstrar o crescente poder de atuação da Al-Qaida na região ocidental de África, com o objetivo claro de atingir regimes que estão aliados ao mundo ocidental. Nesse sentido, outros países desta região de África poderão em breve também ser alvo deste tipo de ataques, nomeadamente, a Costa de Marfim e o Senegal, fruto da sua ligação a França.

O Mali, o Chade, o Burkina Faso, o Senegal, o Níger e a Nigéria têm participado em diversas ações conjuntas na área da cooperação antiterrorista patrocinadas pelo AFRICOM. Estas ações, nas quais participam também Marrocos, a Mauritânia, a Argélia, a Tunísia e a África do Sul, pretendem aperfeiçoar estratégias conjuntas e melhorar a coordenação entre as forças armadas e de segurança destes países.



Desde a demissão do Governo liderado por Domingos Simões Pereira, em agosto de 2015, a Guiné Bissau tem vivido nova onda de instabilidade política. Depois de alguma indefinição, o Presidente José Mário Vaz (JOMAV) nomeou Carlos Correia, indicado pelo PAIGC, como novo primeiro-ministro em setembro do ano passado, mas que até agora não tinha conseguido aprovar o seu programa de governo.

Depois de uma primeira rejeição do programa de governo em finais de 2015, devido ao facto de 15 deputados do PAIGC se terem aliado os 41 deputados do PRS, tinha ficado marcada uma segunda tentativa de aprovação do programa do governo para o dia 21 de janeiro.

Para aprovar o seu programa de governo, o PAIGC tinha comunicado ao Presidente da Assembleia Nacional Popular que os deputados que tinham votado contra, e que tinham sido expulsos do partido, seriam substituídos na nova sessão do parlamento guineense. Esta decisão foi acompanhada pelo parecer da Comissão Permanente da Assembleia Nacional Popular que deliberou que esses deputados tinham perdido os seus mandatos.

O problema surgiu quando os deputados expulsos se apresentaram no dia de discussão do programa do governo dispostos a ocuparem os seus lugares, impedido os novos deputados indicados pelo PAIGC de o fazerem.

Face ao clima de instabilidade que se instalou na Assembleia Nacional Popular, o seu Presidente, Cipriano Cassamá, decidiu suspender os trabalhos. Os deputados do PAIGC que se mantêm fieis ao seu Presidente abandonaram a Assembleia Nacional. Porém, os deputados do PRS e os 15 deputados expulsos permaneceram no plenário e continuaram os trabalhos rejeitando o programa de governo e apresentando uma moção de censura ao governo.

Ao mesmo tempo que anunciava uma ronda de contactos para ultrapassar o impasse instalado, o Presidente JOMAV foi acusado pelo governo guineense de ser o instigador de mais esta fase de instabilidade política no país.

A 28 de fevereiro o programa de governo foi aprovado na Assembleia Nacional Popular (ANP) com os votos de 59 dos 102 deputados, 56 votos do PAIGC, dois do Partido da Convergência Democrática e um da União para a Mudança. Esta votação decorreu sem a presença dos deputados do PRS. Apesar de esta aprovação poder ser considerada



positiva para a estabilidade do país, a verdade é que a situação não se resolveu.

O Presidente JOMAV criticou esta aprovação na ANP, devido ao facto de ainda estarem a decorrer contactos com diversos atores, nacionais e internacionais, promovidos pela Presidência da República. Paralelamente, o PRS, a facção do PAIGC de onde saíram 15 deputados e mais 18 partidos sem representação parlamentar, rejeitaram reconhecer este programa de governo e apelaram ao Presidente para demitir o governo de Carlos Correia.

Sassou Nguesso Candidato a Novo Mandato

O Presidente da República do Congo, Dennis Sassou Nguesso, viu confirmada pelo seu partido, o Partido Congolês do Trabalho, a sua candidatura a um terceiro mandato presidencial. Esta decisão já era previsível há algum tempo.

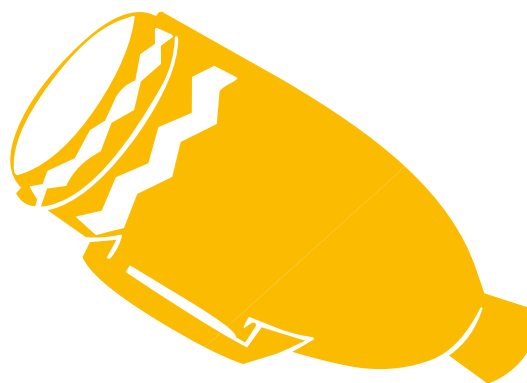
Esta decisão de Sassou Nguesso, de se candidatar a um novo mandato ultrapassando o limite de dois previstos na constituição congoleza, segue o exemplo de vários outros Presidentes africanos que seguiram o mesmo exemplo, como foram os casos do Presidente Pierre Nkurunziza do Burundi ou do Presidente Paul Kagamé do Uganda.

Face à previsível contestação interna e internacional a esta sua intenção, o Presidente Sassou Nguesso promoveu um processo gradual que passou por ações de sensibilização nacionais para esta sua intenção. Num segundo momento promoveu uma revisão constitucional que abarcou vários pontos, nomeadamente, retirando a limitação dos mandatos presidenciais e também o limite de idade máxima para os candidatos.

Estas alteações permitirão que o atual Presidente se presente às eleições presidenciais que terão lugar a 20 de março. A data escolhida também surgiu no âmbito de uma estratégia destinada a explorar as fragilidades da oposição. Ao antecipar a data das elei-

ções, previstas inicialmente para julho, Sassou Nguesso pretendeu explorar as divisões existentes entre os vários partidos da oposição, os quais, não foram capazes de apresentar um candidato conjunto.

O principal partido da oposição, a União Pan-africana para a Democracia, apresentou o seu secretário-geral, Pascal Mabiala, como candidato. A Iniciativa para a Democracia no Congo, avançou com a candidatura de André Salissa. Para além dos candidatos dos partidos, também surgiram várias candidaturas independentes de personalidades congolezas que no passado já colaboraram com o Presidente, como é o caso de Kia Mboungou ou de Anguios Engambé.



Moçambique Sofre Condições Climatéricas Adversas

Desde meados do ano passado, Moçambique tem vindo a sofrer com condições climatéricas adversas que estão a ter graves consequências quer na produção agrícola, quer no abastecimento de água às populações.

No sul do país a seca já se faz sentir há vários meses. As províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, têm sofrido com a falta de chuva e a consequente redução caudal dos rios que abastecem as cidades. Embora situações semelhantes já se tenham registado em 2008 e 2012, a atual seca é considerada mais grave e é atribuída ao fenómeno climatérico El Niño, o qual tem vindo a atingir vários países da África Austral nos últimos anos.



Cimeira da União Africana

De acordo com o Governo moçambicano, esta situação já afetou seriamente a campanha agrícola do presente ano, devido ao facto de grande parte do sistema agrícola depender das chuvas, afetando igualmente a criação de gado.

O mesmo fenómeno climatérico está a afetar as regiões do centro e norte do país, mas por motivos radicalmente opostos. Nestas zonas do país as chuvas intensas estão a afetar a produção agrícola e a pôr em causa a segurança de milhares de moçambicanos.

Segundo estimativas do Programa Alimentar Mundial (PAM), estas duas condições climatéricas adversas, a agravarem-se, podem colocar 14 milhões de moçambicanos em risco de fome.

Para além da diminuição da produção agrícola, estes fenómenos climatéricos adversos têm também como consequência o alastramento de doenças como o dengue, a malária e a cólera. Esta situação representa um esforço acrescido para o sistema nacional de saúde de Moçambique, especialmente nas zonas rurais mais isoladas.



Decorreu, entre os dias 26 e 28 de janeiro, em Adis Abeba, na Etiópia, a Cimeira da União Africana, a qual esteve subordinada ao tema "2016, Ano Africano dos Direitos Humanos com destaque para os Direitos da Mulher".

Um dos temas centrais desta Cimeira foi a situação no Burundi. Desde que o Presidente, Pierre Nkurunziza, decidiu candidatar-se a um terceiro mandato, o país tem vivido num clima de violência.

Segundo a ONU, a situação no terreno tem vindo a agravar-se desde finais de 2015, com relatos de massacres em várias áreas do país, nomeadamente na capital Bujumbura, onde a oposição ao Presidente Nkurunziza tem maior apoio. Estes massacres, realizados contra a minoria tutsi do país, foram confirmados após a descoberta de várias valas comuns e terão sido perpetrados pelas milícias Imbonerakure, as quais atuam em apoio ao Presidente.

Perante o agravamento da situação, a União Africana (UA) debateu a possibilidade de ser criada uma missão de paz no Burundi, com um contingente de 5 mil homens, à revelia do governo deste país. Esta possibilidade está consagrada no Ato Constitutivo da UA e requer uma votação que obtenha mais de dois terços dos votos. Esta possibilidade, até agora nunca utilizada, é uma alternativa para casos em que se registem crimes contra a humanidade ou genocídios.

Mesmo que a criação da missão fosse aprovada, faltaria definir quem faria parte da mesma e como é que a mesma seria financiada. Esta missão teria ainda que enfrentar no terreno a hostilidade do regime de Nkurunziza que já a considerou como uma força hostil.

Face às indefinições sobre quem financiaria a missão, que países enviariam forças e a clara oposição do regime de Bujumbura, a União Africana acabou por desistir de criar esta força de paz para o Burundi. Esta decisão também foi tomada face às declarações do Presidente Nkurunziza que manifestou a sua disposição em dialogar com a oposição, disposição que seria de imediato suspensa caso fossem enviados militares da UA para o país.

Para além da situação no Burundi, a Cimeira da UA também analisou a situação securitária no Sudão do sul. Neste país as duas facções em confronto, a liderada pelo Presidente Salva Kiir e os rebeldes de Riek Machar chegaram a um acordo para pôr fim ao conflito. Porém,



a implementação do mesmo ainda não foi operacionalizada devido à rejeição, por parte dos rebeldes, da nova divisão administrativa que o Presidente Salva Kiir pretende implementar.

A questão do terrorismo e o seu financiamento também foram alvo de atenções desta Cimeira. A UA pediu maior empenho e coordenação internacional para apoiar os países africanos, nomeadamente os da região ocidental e oriental, a enfrentarem as ameaças terroristas. A questão que foi debatida teve a ver como facto de muitos países se prepararem para diminuir o apoio concedido a África no âmbito da cooperação para o desenvolvimento, sob o pretexto de terem que os desviar para iniciativas destinadas a combater o terrorismo e o fenómeno migratório.

Esta Cimeira também serviu para a mudança anual da liderança da organização. O cargo deixará de estar nas mãos da África Austral, através do Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe e passará para a África Central, através do Chade e do seu Presidente, Idriss Déby.

No final dos trabalhos foi anunciado que a próxima reunião do Tokyo International Conference on African Development (TICAD) terá lugar, pela primeira vez em solo africano, em agosto deste ano. O Quênia foi o país escolhido para receber esta reunião entre o Japão e os países africanos.

A próxima cimeira da União Africana está marcada para julho, em Kigali, no Ruanda. Antes disso, a organização deverá reunir-se numa cimeira de emergência sobre migração, em data a anunciar.

Os Efeitos da Crise Petrolífera na Nigéria

A queda acentuada do preço do barril de petróleo está a ter efeitos muito graves em vários países africanos produtores deste bem. Um dos que mais tem sentido essa situação é a Nigéria para quem o petróleo representa mais de 35% do produto interno bruto e cerca de 90% das receitas oriundas das exportações. Com preços a descerem de um máximo de 110 USD, alcançado em inícios de 2014, para os atuais pouco mais de 30 USD, as consequências para o orçamento nigeriano são muito graves.

O orçamento nigeriano está assim sujeito a duas fortes pressões, por um lado, a diminuição das receitas provenientes do petróleo e, por outro, a necessidade de aumentar os encargos militares para implementar a estratégia militar do Presidente Buhari para controlar as ações do movimento Boko Haram.

Face a esta realidade, a Nigéria foi obrigada a pedir apoio financeiro urgente quer ao Banco Mundial, quer ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). A estas duas instituições, a Nigéria solicitou um apoio na ordem dos 3,5 mil MUSD com o objetivo de colmatar o défice no seu orçamento que deverá atingir este ano os 15 mil MUSD. Se não houver, ao longo de 2016, uma melhoria nos preços do petróleo, a Nigéria ver-se-á obrigada a pedir novas ajudas financeiras.





Zuma Tenta Acordo Judicial

O Presidente sul-africano, Jacob Zuma, propôs um acordo judicial para terminar o processo que existe contra si devido às obras que foram realizadas na sua casa em Nkandla há seis anos.

Segundo a oposição sul-africana, o Presidente Zuma teria utilizado fundos públicos, cerca de 14 milhões USD em obras, para obras de renovação da sua casa alegando serem necessários tais melhoramentos por questões de segurança. Porém, essas obras incluíram a construção de uma piscina, um estábulo e um anfiteatro, infraestruturas que nada têm a ver com a segurança.

Com a sua popularidade e a do governo em baixa, Zuma pretende resolver esta questão através de um acordo a alcançar com o Tribunal Constitucional que lhe tinha movido um processo devido a estes gastos. Para tal, o Presidente está disposto a que seja determinado, de forma independente, o valor das obras que não têm a ver com a segurança para que possa repor esse valor.

Para vários setores do ANC esta questão está a chamar demasiada atenção negativa, prejudicando a imagem do partido. Num momento em que várias facções do ANC se movimentam no sentido de preparar os seus candidatos à sucessão de Zuma, o escândalo de Nkandla até poderá servir para marcar a diferença entre os potenciais sucessores e o atual Presidente do partido e do país. Entre os vários nomes possíveis para suceder ao atual Presidente, destacam-se os do atual Vice-Presidente Cyril Ramaphosa, a da líder da Comissão da União Africana, Dlamini Zuma, vista como aliada de Jacob Zuma e Gwede Mantashe, Secretário-geral do ANC.

Para o ANC e para o governo sul-africano também é importante resolver esta questão num ano em que se vão realizar eleições municipais na África do Sul, as quais poderão ser utilizadas para castigar o partido no poder pela situação no país, nomeadamente em termos económicos.

Para além da província do Western Cape, tradicionalmente nas mãos da Democratic Alliance (DA), estas próximas eleições municipais poderão ditar a vitória da oposição, quer da DA quer dos Economic Freedom Fighters de Julius Malema, em várias localidades. A DA tem um plano, conhecido como "big five", o qual passa por tentar conquistar a vitória em quatro municípios, nomeadamente Tswane (inclui Pretória), Joanesburgo, Nelson Mandela Bay Metro (inclui a cidade de Port Elizabeth), Tlokwe (inclui a cidade de Potchefstroom), e manter o controlo sobre a Cidade do Cabo, onde a candidata será a atual líder da província, Patrícia de Lille.

Estabilidade no Burkina Faso

Tal como noutros países africanos, o antigo Presidente do Burkina Faso, Blaise Compaoré, tentou alterar a constituição para se poder candidatar a um terceiro mandato. Para tal, em maio de 2013, foi aprovada a lei que constituía o senado com objetivo de alterar a constituição e permitir que o Presidente Compaoré se pudesse candidatar nas eleições presidenciais de 2015.

Perante esta intenção do Presidente burquinense, a sociedade civil do país reagiu com grande determinação. Os que se opuseram a esta intenção do Presidente reuniram-se à volta da organização Le Balai Citoyen. A pressão interna fez com que o país caminhasse perigosamente para um conflito interno. Após uma primeira reação violenta das forças de segurança em apoio às intenções do Presidente, a pressão interna e internacional fez com que Blaise Compaoré desistisse das suas intenções e abandonasse o poder em finais de outubro de 2014, exilando-se na Costa do Marfim.

Com a saída de cena de Compaoré, que esteve no poder desde 1987, houve uma grande onda de entusiasmo relativamente ao futuro do país. Foi nomeado um governo de transição pelo período de um ano liderado por Michel Kafando, uma figura de prestígio e consensual a nível nacional.

Quando as eleições de 11 de outubro de 2015 se estavam a aproximar a tensão política começou a subir devido, em grande medida, ao facto dos antigos apoiantes de Compaoré se verem impossibilitados de concorrer à presidência.

Em setembro de 2015, os militares da guarda presidencial, do Regimento de Segurança Presidencial, liderados pelo General Gilbert Diéndéré, um fiel aliado de Compaoré, revoltaram-se e destituíram o presidente de transição. O objetivo desta tentativa de golpe de estado foi a de anular as eleições e nomear o General Diéndéré como Presidente do país, numa clara tentativa de regressar ao passado.

Perante esta nova crise política, mais uma vez, a reação da sociedade civil foi determinante. O movimento que esteve na origem do afastamento de Compaoré voltou a reagir e a unificar os esforços a favor do processo democrático no país. Desta vez, também o exército regular se juntou à contestação.

Apesar de ter havido uma tentativa de mediação internacional através da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a crise seria resolvida internamente.

Os militares do regimento presidencial ainda esboçaram uma tentativa de reação mas acabaram por desistir e o General Diéndéré acabou por se entregar. Eventuais apoios externos, nomeadamente da França, com que os revoltosos julgavam poder vir a contar, acabaram por não se concretizar.

Toda esta instabilidade obrigou a atrasar a realização das eleições presidenciais e legislativas, as quais só tiveram lugar a 29 de novembro de 2015.

Os principais candidatos às eleições presidenciais foram: Bénéwendé Stanislas Sankara, líder do partido União para o Renascimento, conotado com o movimento Sankarista, o qual segue a herança política do primeiro Presidente do país, Thomas Sankara; Roch Marc Christian Kaboré, líder do Movimento Popular para o Progresso e que desempenhou importantes cargos durante os anos de Compaoré, nomeadamente os de Primeiro- ministro e Presidente da Assembleia Nacional; Zéphirin Diabré, antigo Ministro da Economia e Finanças e que trabalhou vários anos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Tahirou Barry, líder do Partido do Renascimento Nacional.

As eleições presidenciais foram vencidas por Roch Marc Kaboré, logo à primeira volta, com 53% dos votos. Em segundo lugar ficou Zéphirin Diabré com 29% dos votos. Em terceiro, e a grande distância, ficou Tahirou Barry com 3% dos votos. A 29 de dezembro do ano passado, Roch Kaboré tomou posse como Presidente do país.

Ao nível das eleições legislativas, o Movimento Popular para o Progresso, do Presidente Karobé, venceu, mas sem a maioria absoluta.

Os grandes objetivos do novo Presidente são o restabelecimento da autoridade do estado, fortemente enfraquecida pela crise política dos anos anteriores, e o relançamento da económica do país com vista a melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação

Porta de Comunicação

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05